CONTRATO Nº 15/2015
PROCESSO Nº 51402.114059/2015-87

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA E DESARMADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA VALEC NAS UNIDADES DO MARANHÃO, TOCANTINS, GOIÁS, BAHIA E RIO DE JANEIRO, QUE ENTRE SI FAZEM A VALEC – ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A. E A CENTRO OESTE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA EIRELLI.

A **VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A.**, empresa pública federal, sociedade anônima de capital fechado, prestadora de serviço público de transporte ferroviário, controlada pela União e supervisionada pelo Ministério dos Transportes, com sede no Setor de Edifícios Públicos Sul (SEP Sul), Entre Quadras 713/913, Bloco "E", Ed. CNC Trade, Asa Sul, Brasília (DF), CEP: 70390-135, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.150.664/0001-87, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, **MARIO RODRIGUES JUNIOR**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, carteira de identidade nº 8.339.791-7 SSP/SP, inscrito sob o CPF nº 022.388.828-12, residente e domiciliado na cidade de São Paulo (SP), e por seu Diretor de Administração e Finanças Substituto **BENTO JOSÉ DE LIMA**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da carteira de identidade nº. 5.774/D CREA/RS, inscrito no CPF sob o nº. 065.253.500-34, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro (RJ), e a **CENTRO OESTE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA.**, com sede na Avenida Bela Vista, Quadra 02, Lote 11, Jardim Progresso, Aparecida de Goiânia (GO), CEP: 74911-690, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.701.639/0001-55, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu representante legal, **CILMAR JOSÉ DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, advogado, portador do documento de identidade nº 24126 OAB/GO e inscrito no CPF sob o nº 125.437.801-49, resolvem celebrar o presente Contrato, mediante as Cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

1.1 O objeto do presente Contrato é a prestação de serviços de vigilância patrimonial armada e desarmada para atender as necessidades da VALEC nas unidades do Estado de

Visto da GECOC/SULIC
Raphael de Sousa Brandão

Goiás – GO, referente ao Lote 01 do Pregão 07/2015, conforme as especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

2.1. A presente contratação decorre do procedimento licitatório nº 007/2015, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, tendo por fundamento legal a Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002; Decreto nº 3.555 de 08 de agosto de 2000; Decreto nº 5.450 de 31 de maio de 2005; Decreto nº 3.722 de 09 de janeiro de 2001; Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006; Decreto nº 6.204 de 05 de setembro de 2007; Instrução Normativa nº 02/2008 – SLTI/MPOG de 30 de abril de 2008, e alterações; Instrução Normativa nº 02/2010 – SLTI MPOG de 11 de outubro de 2010 e alterações, e, subsidiariamente, às disposições da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, em conformidade com a autorização contida no Processo Administrativo supramencionado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

3.1 A prestação de serviços ocorrerá sob o regime de execução indireta, sob a forma de empreitada por preço global, por lote/grupo.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA:

4.1 O contrato a ser firmado vigerá por 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo, no interesse da CONTRATANTE e da CONTRATADA conjuntamente, ser prorrogado, limitado a sua duração a 60 (sessenta) meses, de acordo com o disposto no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

4.2 Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados nos primeiros 12 (doze) meses da contratação deverão ser eliminados como condição para a prorrogação, em conformidade com o disposto no inciso XVII, do art. 19, da IN SLTI nº 02/2008.

4.3 A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

4.4 A prorrogação da vigência será efetuada mediante termo aditivo, precedida da realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração.

4.5 À CONTRATADA obriga-se iniciar a prestação dos serviços, objeto do Contrato, em no máximo 5 (cinco) dias corridos, contados a partir da data de recebimento da respectiva Ordem de Serviço, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir suas atividades conforme estabelecido.

CLÁUSULA QUINTA – DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS E LOCAIS DE EXECUÇÃO:

Visto da GECOC/SULIC
Raphael de Sousa Brandão

5.1 A CONTRATADA assegurará à CONTRATANTE a prestação de serviços de vigilância armada e desarmada até os quantitativos especificados abaixo:

5.1.1 Grupo/Lote I – Goiás:

Grupo/Lote I - Goiás							
Item	**Localização do Posto**	**Escala**	**Turno**	**Tipo**	**Dias da Semana**	**Qtde de postos**	**N.º de Vigilantes**
01	Santa Helena/GO	12x36h	Diurno (07h às 19h Ininterrupto)	Desarmado	2ª a domingo	1	2
02	Estrela do Norte/GO	12x36h	Diurno (07h às 19h Ininterrupto)	Desarmado	2ª a domingo	1	2
03	Anápolis/GO	12x36h	Diurno (07h às 19h Ininterrupto)	Desarmado	2ª a domingo	3	6
04	Petrolina de Goiás/GO	12x36h	Diurno (07h às 19h Ininterrupto)	Desarmado	2ª a domingo	1	2
Total de postos diurnos para Goiás						**6**	**12**
05	Santa Helena/GO	12x36h	Noturno (19h às 07h Ininterrupto)	Armado	2ª a domingo	1	2
06	Estrela do Norte/GO	12x36h	Noturno (19h às 07h Ininterrupto)	Armado	2ª a domingo	2	4
07	Anápolis/GO	12x36h	Noturno (19h às 07h Ininterrupto)	Armado	2ª a domingo	3	6
08	Petrolina de Goiás/GO	12x36h	Noturno (19h às 07h Ininterrupto)	Armado	2ª a domingo	1	2
Total de postos noturno para Goiás						**7**	**14**
Total de postos para Goiás						**13**	**26**

5.2 O controle e o acompanhamento da carga horária da prestação dos serviços autorizados serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA por meio do relógio de ponto, instalado pela CONTRATADA, sem custo para a CONTRATANTE, cabendo exclusivamente a esta, no prazo de 2 (duas) horas da solicitação, o suprimento e substituição de profissionais em licença médica, substituição ou devolução de profissionais, etc., independentemente dos motivos.

5.3 Havendo necessidade de contratação de serviços extraordinários, estes serão compensados conforme cláusula da respectiva convenção ou acordo coletivo de trabalho.

5.4 Será facultado à CONTRATANTE a contratação dos postos, de acordo com a necessidade da demanda, obedecendo-se a quantidade máxima estabelecida.

5.5 A CONTRATANTE não se obriga a contratar o quantitativo acima em sua totalidade, devendo a disponibilização do serviço ocorrer por solicitação, conforme demanda e necessidade.

5.6 A quantidade de postos poderá sofrer alterações a critério da CONTRATANTE, observado o valor global da contratação, seus acréscimos e supressões, até o limite estabelecido no art. 65, §1º, II, da Lei nº 8.666/1993 e ainda poderá remanejar os quantitativos para qualquer localidade dentro do Estado ao qual corresponde o grupo/lote desde que obedecido à convenção coletiva de trabalho das localidades contratadas inicialmente.

Visto da GECOC/SULIC
Raphael de Sousa Brandão

5.7 A prestação dos serviços será executada nos seguintes endereços:

GRUPO/LOTE	POSTO	ENDEREÇO
I	Santa Helena/GO	Rua Pássaro Preto, Quadra 25, Lote 01, Residencial Parque Isaura. CEP: 75.920-000
	Estrela do Norte/GO	Rua Pastor de Paula, S/N, Setor União. CEP: 76.485-000
	Anápolis/GO	Av. Afonso Pena, QD20, Bairro São João. CEP: 75.133-010
	Petrolina/GO	GO 330, Km 1,5. Saída para Santa Rosa. CEP: 75.480-000

5.8 Os endereços acima poderão ser alterados a qualquer momento mediante aviso prévio à CONTRATADA, obedecendo-se o limite de postos do respectivo Grupo/Lote/Estado e da Convenção Coletiva de Trabalho sem ônus para CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA nas suas dependências, desde que devidamente identificados, para a execução dos serviços.

6.2 Prestar informações e esclarecimentos necessários ao bom desenvolvimento das tarefas.

6.3 Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente através de pessoa por ela credenciada.

6.4 Disponibilizar instalações sanitárias e vestiários para colocação de armários guarda-roupa que deverão ser fornecidos pela CONTRATADA.

6.5 Anotar, em registro próprio, e notificar a CONTRATADA, por escrito, acerca da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, assinando prazo para a sua correção.

6.6 Apor assinatura no livro de ocorrências mantido pela CONTRATADA, para caracterizar ciência acerca dos registros diários realizados, adotando, se necessário, providências preventivas ou corretivas, bem como efetuando registros.

6.7 Realizar inspeções nos postos de trabalho mantidos em suas dependências, efetuando os devidos registros nos livros de ocorrência, bem como dando ciência formal à CONTRATADA acerca de possíveis irregularidades.

6.8 Cumprir e fazer cumprir o disposto neste contrato.

6.9 Efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços contratados, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências convencionadas no contrato.

6.10 Estabelecer rotinas para o cumprimento do objeto da contratação.

6.11 Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar, por meio dos profissionais, os serviços dentro das normas do contrato.

6.12 Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, exigindo sua correção, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de glosa do respectivo valor do contrato, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificado e aceito.

Visto da GECOC/SULIC
Raphael de Sousa Brandão

6.13 Exigir o imediato afastamento e/ou substituição de qualquer empregado da CONTRATADA que não mereça confiança no trato dos serviços, que produza complicações para a supervisão e fiscalização, que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das atribuições que lhe foram designadas.

6.14 Relacionar as dependências das instalações físicas, bem como, os bens de sua propriedade que serão disponibilizados para a execução dos serviços, quando for o caso, com a indicação do estado de conservação.

6.15 Comunicar oficialmente à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do serviço e quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave ou relevante.

6.16 Examinar cópia das Carteiras de Trabalho e Previdência Social dos empregados colocados à disposição da CONTRATANTE, para comprovar o registro da função profissional e anotações pertinentes bem como demais documentações pertinentes.

6.17 Verificar, em relação aos empregados da CONTRATADA, o atendimento dos requisitos mínimos de qualificação profissional exigidos, solicitando substituição, se for o caso.

6.18 Exigir, mensalmente, os documentos comprobatórios do pagamento de pessoal, do recolhimento dos encargos sociais, benefícios, ou qualquer outro documento que julgar necessário.

6.19 Fiscalizar o cumprimento, pela CONTRATADA, das obrigações e encargos sociais e trabalhistas, no que se refere à execução do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1 É de responsabilidade da CONTRATADA, manter arquivo com toda documentação relativa à execução do contrato a ser firmado, inclusive o cumprimento de suas obrigações junto aos empregados mobilizados.

7.2 As comunicações entre as partes deverão ser realizadas por escrito.

7.3 A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE:

7.3.1 A relação de armas e cópias autenticadas dos respectivos "Registro de Arma" e "Porte de Arma", que serão utilizados pela mão-de-obra nos postos armados.

7.3.2 Mensalmente, a escala de trabalho dos empregados.

7.3.3 Mensalmente, na forma do § 4º, do art. 31, da Lei nº 9.032/1995, os comprovantes de pagamento dos empregados referentes ao mês anterior ao vencido e recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas e fiscais, bem como do fornecimento de vales-transportes e vale-refeição/alimentação, pertinentes ao contrato.

7.4 A CONTRATADA se obriga a:

Visto da GECOC/SULIC
Raphael de Sousa Brandão

7.4.1 Apresentar à época da assinatura do Contrato, bem como na ocasião de assinatura de Termos Aditivos de prorrogação, a apólice de seguro coletivo de vida dos prestadores de serviços lotados neste órgão, conforme estipulado na CCT.

7.4.2 Executar as diretrizes de segurança do órgão, com observância dos demais encargos e responsabilidades cabíveis.

7.4.3 Implantar em até 5(cinco) dias corridos partir da data de assinatura do Contrato os funcionários habilitados nos respectivos postos e nos horários fixados na escala de serviço elaborada pela CONTRATANTE, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir o posto conforme o estabelecido.

7.4.4 Recrutar em seu nome e sob sua inteira responsabilidade os empregados necessários à perfeita execução dos serviços contratados, sendo que a seleção deverá ser precedida por exame psicotécnico realizado por profissional habilitado.

7.4.5 Apresentar por ocasião da assinatura do contrato a relação dos empregados indicados para os serviços com a respectiva avaliação individual, a qual deverá atender as exigências da CONTRATANTE, que poderá impugnar os que não preencherem as condições necessárias.

7.4.6 Apresentar ao Gestor/Fiscal do Contrato, com até cinco dias corridos após o início da prestação dos serviços, as fichas dos empregados devidamente digitadas, conforme o padrão repassado pela CONTRATANTE, contendo toda a identificação do funcionário: foto 3x4 de frente e recente, tipo sanguíneo/fator RH, filiação, número da identidade data de expedição e órgão expedidor, CPF, endereço completo e telefone (s) para contato.

7.4.7 Após a definição do corpo funcional, repassar em até 24(vinte e quatro) horas, ao Gestor/Fiscal do Contrato o comprovante de formação técnica específica da mão-de-obra oferecida, através de cópia autenticada do Certificado de Curso de Formação de Vigilantes expedido por instituições devidamente habilitadas e reconhecidas de acordo com a legislação.

7.4.8 Executar os serviços conforme as especificações e os prazos constantes deste Contrato, com a observância dos seus encargos e das suas responsabilidades.

7.4.9 Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quanto à execução dos serviços contratados.

7.4.10 Fornecer todo o uniforme, equipamento, armamento e munição, bem como os outros materiais necessários à perfeita execução dos serviços contratados, todos em perfeitas condições de uso conforme determinado no contrato. Qualquer substituição do uniforme, equipamento, armamento e da munição deverá ser feita no prazo máximo de 24 horas a partir da comunicação da CONTRATANTE.

7.4.10.1 Os itens do uniforme deverão ser fornecidos de acordo com as quantidades e especificações, por grupo/lote, conforme disposto no item 7 do Termo de Referência.

Visto da GECOC/SULIC
Raphael de Sousa Brandão

7.4.10.2 Os equipamentos, acessórios, armamentos e materiais a serem utilizados, por vigilante/localidade, pelos vigilantes armados/desarmados, deverão ser disponibilizados conforme quantidades e especificações definidas no item 8 do Termo de Referência.

7.4.11 Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do Gestor/Fiscal do Contrato para o acompanhamento da execução do mesmo, prestando, prontamente, todos os esclarecimentos que lhes forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

7.4.12 Manter seu pessoal orientado com relação a todo o funcionamento do local de prestação dos serviços, principalmente no que diz respeito aos elevadores, bombas, parte elétrica e hidráulica, dentre outros.

7.4.13 Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade ocorrida, que impeça ou retarde a execução do contrato, efetuando o registro da ocorrência com todos os dados e circunstâncias julgados necessários ao seu esclarecimento.

7.4.14 Manter os empregados devidamente identificados através do uso de crachás e uniformizados de forma condizente com o serviço a executar e com as exigências deste Contrato, dentro dos padrões de eficiência e higiene recomendáveis e, em conformidade com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, devendo a CONTRATADA submeter amostra antes da assinatura do contrato para aprovação, por parte da CONTRATANTE, do modelo, cor e qualidade do tecido, estando resguardada a esta o direito de exigir a substituição daqueles julgados inadequados, sendo o uniforme de acordo com o especificado no Termo de Referência.

7.4.15 Manter a disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados para atender eventuais acréscimos solicitados pela CONTRATANTE.

7.4.16 Preservar e guardar a integridade do patrimônio, instalações e pessoas a serviço da CONTRATANTE em caráter permanente ou transitório.

7.4.17 Acatar as exigências da CONTRATANTE quanto à execução dos serviços, horários de turnos, rondas e, ainda, a imediata correção das deficiências alinhadas pela CONTRATANTE, quanto à execução dos serviços contratados.

7.4.18 Permitir, sempre que necessário, que o Gestor/Fiscal do Contrato designado pela CONTRATANTE tenha acesso ao controle de frequência.

7.4.19 Fornecer à CONTRATANTE, através do seu Gerente Operacional/preposto, com data anterior ao atesto da fatura, relatório técnico mensal das atividades realizadas e consideradas relevantes, sob pena do não atesto da fatura.

7.4.20 Efetuar o controle de entrada e saída de pessoas e o controle de entrada e saída de bens materiais da CONTRATANTE, sendo a forma a executar através do sistema informatizado e/ou manual.

Visto da GECOC/SULIC
Raphael de Sousa Brandão

7.4.21 Impedir o acesso de pessoas, vendedores, pedintes, angariadores de donativos, ambulantes e assemelhados às instalações, sem que estejam devida e previamente autorizados pela CONTRATANTE.

7.4.22 Inspecionar obrigatoriamente, no mínimo 2(duas) vezes por semestre, através dos supervisores da empresa CONTRATADA, os postos (diurnos e noturnos).

7.4.23 Fornecer uniformes apropriados às gestantes, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

7.4.24 Substituir os uniformes de acordo com a frequência apresentado na tabela do item 7 do Termo de Referência, contados a partir da assinatura do contrato ou anteriormente, sempre que não atenderem às condições mínimas de apresentação.

7.4.25 Exigir de todos os seus funcionários apresentação de forma condizente com o ambiente de trabalho, devendo, no caso masculino, trajar uniforme limpo, passado, unhas e cabelos cortados, barbas feitas e, no caso feminino, além de boa apresentação dos uniformes, os cabelos deverão ser presos ou curtos, as unhas bem feitas e os rostos com discreta maquiagem.

7.4.26 Entregar o conjunto de uniformes completo a cada um dos empregados, nas quantidades e periodicidade constantes do item 7 do Termo de Referência, mediante recibo (relação nominal), cuja cópia deverá ser enviada à CONTRATANTE. O custo com os uniformes e equipamentos não poderá ser repassado aos empregados.

7.4.27 Fornecer as armas, munições e respectivos equipamentos aos vigilantes dos postos armados, sendo terminantemente proibida a guarda nas dependências da CONTRATANTE, quando não estiverem sendo utilizados.

7.4.28 Oferecer munições de procedência do fabricante, não sendo permitido em hipótese alguma o uso de munições recarregadas. O (s) lote (s) da munição utilizada deverá estar dentro do prazo de validade, cuja comprovação será feita por meio de documento encaminhado à CONTRATANTE por ocasião da assinatura do contrato. Sob nenhum pretexto, a munição utilizada pelos funcionários da CONTRATADA poderá estar com o prazo de validade do seu lote vencido.

7.4.29 Utilizar a arma somente em legítima defesa própria ou de terceiros e na salvaguarda do patrimônio da CONTRATANTE, depois de esgotados todos os outros meios para a solução de eventual problema.

7.4.30 Apresentar à CONTRATANTE a relação das armas e as cópias autenticadas dos respectivos "Registros de Arma" e "Portes de Arma" que serão utilizadas pelos vigilantes dos postos armados.

7.4.31 Realizar, semestralmente, a manutenção e inspeção do armamento, bem como a inspeção da munição. Essa manutenção e inspeção serão comprovadas por meio de documento enviado à CONTRATANTE com até 24 horas após a sua execução.

Visto da GECOC/SULIC
Raphael de Sousa Brandão

7.4.32 A munição utilizada pela CONTRATANTE não poderá ter sido adquirida há mais de 02 (dois) anos. A comprovação será feita por ocasião da assinatura do contrato por meio da nota fiscal de compra, com, no mínimo, 01 (um) ano de validade. Caso o contrato seja prorrogado, a empresa deverá apresentar essa comprovação a cada ano.

7.4.33 Fornecer 1(um) rádio transmissor para cada posto de vigilância em que houver mais de 1 vigilante por período.

7.4.34 Manter todos os rádios transmissores em perfeitas condições de apresentação e de funcionamento durante todo o serviço.

7.4.35 Fornecer novas baterias para rádios transmissores sempre que observar o prazo de validade vencido ou, em qualquer época, para aqueles que estejam apresentando problemas.

7.4.36 Instruir todo o corpo efetivo de funcionários a fazer uso do rádio transmissor, conforme a norma de exploração existente.

7.4.37 Colocar à disposição da CONTRATANTE o quantitativo de postos previstos neste Contrato, podendo o mesmo ser alterado, para mais ou para menos, a critério da CONTRATANTE, respeitados os limites previstos em lei.

7.4.38 Apresentar semestralmente, a partir do início do contrato, o atestado de antecedentes civil e criminal de toda mão-de-obra oferecida para atuar nas dependências da CONTRATANTE, sendo a primeira apresentada na data de assinatura do contrato.

7.4.39 Prover toda a mão-de-obra necessária para garantir a operação dos postos, nos regimes contratados, obedecidas as disposições da legislação vigente.

7.4.40 Substituir, no prazo máximo de 02 (duas) hora após a comunicação da CONTRATANTE, os empregados faltosos, bem como os que não se apresentarem devidamente uniformizados e com crachá/plaqueta, os que não tiverem a qualificação necessária e não se apresentarem no horário de início da execução dos serviços.

7.4.41 Realizar, anualmente, exames de condicionamento físico com os vigilantes, sem ônus para a CONTRATANTE, substituindo aqueles que não estejam aptos a desempenhar as atividades exigidas pela CONTRATANTE.

7.4.42 Efetuar a reposição da mão-de-obra nos postos, em caráter imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho.

7.4.43 Substituir qualquer empregado, sempre que seus serviços e/ou conduta, forem julgados insatisfatórios e/ou prejudiciais à CONTRATANTE, sendo vedado o retorno dos mesmos às dependências da CONTRATANTE para cobertura de licenças, dispensas, suspensão ou férias de outros vigilantes.

7.4.44 Capacitar, à medida que forem sendo adquiridos pela CONTRATANTE, os vigilantes para a operação de equipamentos ligados à área de segurança, tais como: detectores de metais e de vistoria por "raios X", segurança eletrônica, dentre outros.

Visto da GECOC/SULIC
Raphael de Sousa Brandão

7.4.45 Responsabilizar-se pelo transporte dos empregados de suas residências até as dependências da CONTRATANTE, bem como o retorno por meios próprios, em casos de paralisação dos transportes coletivos e nas situações onde se faça necessária a execução do transporte em regime extraordinário.

7.4.46 Disponibilizar, aos empregados que prestam serviço nas dependências da CONTRATANTE, armários individuais para guarda de seus pertences, os quais deverão ser instalados em vestiário disponibilizados pela CONTRATANTE.

7.4.47 Fornecer todos os equipamentos e material de consumo citados nos itens 7 e 8 do Termo de Referência.

7.4.48 Fornecer, sempre que necessário, todos os livros e formulários de controle já atualizados pela CONTRATANTE, bem como, aqueles que futuramente possam ser criados.

7.4.49 Manter pequeno estoque nas dependências da CONTRATANTE de todos os livros e formulários de controle utilizados, bem como, aqueles que futuramente possam ser criados.

7.4.50 Manter guardados nas dependências da CONTRATANTE, para eventuais necessidades de verificação, todos os livros e formulários utilizados, ou similares, devidamente organizados e catalogados.

7.4.51 Observar as Normas de Segurança e de Medicina do Trabalho, inclusive fornecendo os produtos apropriados aos vigilantes expostos ao sol e os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), quando for o caso.

7.4.52 Apresentar à CONTRATANTE toda a Legislação Federal e Distrital atualizada existente ou que venha a ser criada que regulamenta a área de vigilância armada privada, bem como, fornecer, anualmente, o acordo coletivo celebrado no sindicato dos empregados em empresas de segurança e vigilância armada aplicável, tão logo esteja definido.

7.4.53 Criar métodos de incentivo profissional visando a motivar o vigilante no desempenho de suas atividades.

7.4.54 Antecipadamente, qualificar os funcionários reservas, visando a dar-lhes as condições para ter um excelente desempenho nos serviços prestados à CONTRATANTE.

7.4.55 Realizar, sem prejuízo dos serviços, quando e conforme solicitação pela CONTRATANTE, sem ônus adicionais para os vigilantes, os cursos de reciclagem que se fizerem necessários.

7.4.56 Não permitir que os seus funcionários executem quaisquer outras atividades durante o horário em que estiverem prestando serviço na CONTRATANTE.

7.4.57 Responsabilizar-se pela segurança e manutenção da ordem nas dependências da VALEC.

Visto da GECOC/SULIC
Raphael de Sousa Brandão

7.4.58 Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços discriminados, sem o consentimento, por escrito, da CONTRATANTE.

7.4.59 Credenciar, junto ao setor competente da CONTRATANTE, empregado(s) do seu quadro administrativo para, em dias e locais definidos e em horários que não comprometam a execução dos serviços, proceder a entrega de contracheques, vale transporte, vale alimentação e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

7.4.60 Qualquer atraso ocorrido na apresentação da fatura ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da empresa importará em prorrogação automática do prazo em igual número de dias de vencimento da obrigação da CONTRATANTE.

7.4.61 Atraso no pagamento decorrente das circunstâncias descritas na obrigação anterior, não exime a empresa de promover o pagamento dos empregados nas datas regulamentares.

7.4.62 Manter o quadro de pessoal suficiente para atendimentos dos serviços, conforme previsto neste documento, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com a CONTRATANTE, sendo de exclusiva responsabilidade da empresa as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais.

7.4.63 Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio da CONTRATANTE, por culpa, dolo, negligência ou imprudência de seus empregados, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados dentro de 30 (trinta) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a CONTRATANTE reserva-se ao direito de descontar o valor do ressarcimento na fatura do mês, sem prejuízo de poder denunciar o Contrato, de pleno direito.

7.4.64 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

7.4.65 Não caucionar ou utilizar o Contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE, sob pena de rescisão contratual.

7.4.66 Permitir aos seus empregados que possam optar por receber vales refeição ou alimentação, que deverão ser amplamente aceitos na localidade de execução do serviço ou de residência.

7.4.67 Fornecer a cada empregado, quantitativo de vale refeição ou alimentação (no valor definido no dissídio coletivo da classe), suficiente para cada mês, bem como o vale transporte também no quantitativo necessário para que cada empregado se desloque residência/trabalho e vice-versa durante todo o mês, ambos em uma única entrega no último dia útil do mês que antecede a utilização.

Visto da GECOC/SULIC
Raphael de Sousa Brandão

7.4.68 Efetuar o pagamento do 13° (décimo terceiro) salário (gratificação natalina) a um só tempo ou conforme definido no dissídio coletivo da classe/CCT, na proporção a que fizer jus o empregado.

7.4.69 Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste Contrato, devendo orientar seus empregados nesse sentido.

7.4.70 Cumprir as normas e regulamentos internos da CONTRATANTE.

7.4.71 Não utilizar o nome da CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sob pena de rescisão do presente termo.

7.4.72 Os funcionários da CONTRATADA não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com a CONTRATANTE, sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais.

7.4.73 Controlar a entrada e a permanência de pessoas estranhas ao quadro de servidores da CONTRATANTE nas dependências desta.

7.4.74 Assinar o contrato relativo à adjudicação no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação feita pela CONTRATANTE.

7.4.75 Fornecer e instalar nas localidades onde os serviços serão executados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da assinatura do contrato, sem custo para a CONTRATANTE, relógio de ponto para controle de assiduidade e pontualidade dos seus empregados, devidamente homologado pelo Ministério do Trabalho e Empregado, nos termos previstos na Portaria nº 1.510/2009. Em caso de ocorrências de danos ao equipamento, a CONTRATADA deverá repará-lo ou substitui-lo, no prazo máximo de 48 horas, contado da notificação pela CONTRATANTE, sendo necessário implementar ações que permita controle de assiduidade e pontualidade no período em que o equipamento estiver em manutenção/substituição.

7.4.76 Viabilizar o acesso de seus empregados via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas.

7.4.77 Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos sempre que solicitado pela fiscalização.

7.4.78 Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados.

7.4.79 Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos sempre que solicitado pela fiscalização.

Visto da GECOC/SULIC
Raphael de Sousa Brandão

7.4.80 Iniciar, em no máximo 5 (cinco) dias corridos contados a partir da data de recebimento da respectiva Ordem de Serviço, a execução dos serviços pactuados, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir suas atividades conforme estabelecido.

7.4.81 Receber os valores contratuais devidos pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências estabelecidas no Contrato e na IN n° 02 de 30/04/2008.

7.4.82 Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados, de forma clara, concisa e lógica, atendendo prontamente às reclamações formuladas, tomando imediatamente as providências necessárias para a correção, evitando repetição de fatos.

7.4.83 Prestar os serviços objeto do contrato, utilizando-se de empregados de bom nível educacional e moral, comprovando a formação educacional e experiência profissional por meio dos documentos indispensáveis à perfeita execução dos trabalhos, tendo a função profissional legalmente registrada em suas Carteiras de Trabalho e Previdência Social.

7.4.84 Prestar esclarecimentos à CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da prestação dos serviços contratados.

7.4.85 Fornecer crachá de identificação aos empregados, sem ônus para a CONTRATANTE, contendo a razão social da empresa, nome, função e com fotografia recente, de uso obrigatório, para acesso às dependências da CONTRATANTE.

7.4.86 Encaminhar a CONTRATANTE, com antecedência de 30 (trinta) dias corridos, a relação de empregados que usufruirão férias no período subsequente.

7.4.87 Manter disponibilidade de profissionais dentro dos padrões desejados, para garantir a execução dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, licença de qualquer tipo, falta ao serviço, demissão e outros, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.

7.4.88 Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, permitindo a CONTRATANTE o acesso ao controle de frequência.

7.4.89 Atender, de forma imediata, aqui considerada como de até 2(dois) dias úteis, as solicitações de substituições de profissionais, quando comprovadamente inadequados para a prestação dos serviços ou inconvenientes à boa ordem e às normas disciplinares da CONTRATANTE, ou que não atendam às suas necessidades.

7.4.90 Impedir que os profissionais que cometam faltas disciplinares, qualificadas de natureza grave, sejam mantidos ou retornem às instalações da CONTRATANTE, na condição de prestadores de serviços.

Visto da GECOC/SULIC
Raphael de Sousa Brandão

7.4.91 Substituir, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas da notificação, os equipamentos que apresentarem defeitos, com exceção dos armamentos, que deverão ser substituídos imediatamente, devendo submeter os novos equipamentos à autorização formal da CONTRATANTE.

7.4.92 Instruir seus empregados, quanto à prevenção de acidentes e de incêndios.

7.4.93 Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de que venham a ser vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou outros que mantenham vínculo com esses, ainda que nas dependências da CONTRATANTE, cumprindo todas as suas obrigações que as leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurarem e demais exigências para o exercício das atividades.

7.4.94 Emitir o Comunicado de Acidente de Trabalho (CAT), em formulário próprio do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), em caso de eventual ocorrência de acidente com seus empregados nas dependências da CONTRATANTE.

7.4.95 Realizar as suas expensas, na forma da legislação pertinente, os exames médicos necessários na admissão, durante a vigência do contrato de trabalho e na demissão de seus empregados.

7.4.96 Responder por danos e desaparecimentos de bens materiais e avarias que venham a ser causadas por seus empregados à CONTRATANTE ou a terceiros, desde que fique comprovada sua responsabilidade, não se excluindo ou se reduzindo esta, em virtude do acompanhamento realizado pela CONTRATANTE, de acordo com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

7.4.97 Os equipamentos e acessórios utilizados, bem como a prestação do serviço contratado, deverão estar rigorosamente dentro das normas vigentes e das especificações estabelecidas pelos órgãos competentes e pela CONTRATANTE, sendo que a inobservância desta condição implicará a recusa do mesmo, bem como o seu devido refazimento e/ou adequação/substituição, sem que caiba à CONTRATADA qualquer tipo de reclamação ou indenização.

7.4.98 Selecionar e treinar rigorosa e adequadamente os empregados alocados à prestação dos serviços, observando a comprovação dos atestados de boa conduta e de idoneidade moral.

7.4.99 Recrutar, em seu nome e sob sua responsabilidade e vínculo empregatício exclusivo, os empregados necessários à perfeita execução dos serviços, cabendo-lhes todos os pagamentos, inclusive dos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fiscais previstos na legislação vigente, vale-alimentação/refeição, vale-transporte, de acordo com o horário de trabalho e local de residência, e de qualquer outro benefício que se torne necessário ao bom e completo desempenho de suas atividades, em decorrência de sua condição de empregadora,

Visto da GECOC/SULIC
Raphael de Sousa Brandão

impossibilitada a transferência de responsabilidade por seu pagamento à CONTRATANTE e a oneração do contrato.

7.4.100 Pagar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, os salários dos empregados, bem como recolher, no prazo legal, os encargos sociais devidos, exibindo, as comprovações respectivas. Os empregados deverão receber seus contracheques, com no mínimo, 1(um) dia de antecedência do pagamento.

7.4.101 Entregar ou depositar os valores correspondentes relativos ao Vale Transporte e Vale Alimentação, até o último dia útil do mês que antecede ao mês de competência.

7.4.102 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, os serviços contratados, nem subcontratar ou ceder total ou parcialmente quaisquer das prestações a que está obrigada.

7.4.103 Realizar todas as transações comerciais necessárias à execução dos serviços contratados exclusivamente em seu próprio nome.

7.4.104 Manter arquivo com toda a documentação relativa à execução do contrato, inclusive o cumprimento de suas obrigações trabalhistas e fiscais.

7.4.105 Entregar a Carteira de Trabalho e Previdência Social dos empregados envolvidos na prestação de serviços objeto deste Contrato, quando solicitado, à CONTRATANTE, no prazo de três dias úteis.

7.4.106 Adotar, no caso de ação trabalhista envolvendo os serviços prestados, todas as providências necessárias no sentido de preservar a CONTRATANTE, e mantê-la a salvo de reivindicações, demandas, queixas ou representações de qualquer natureza.

7.4.107 Assumir a responsabilidade por todos os ônus referentes aos serviços contratados, salários de pessoal, alimentação, transporte e assistência à saúde, quando em serviço, bem como os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

7.4.108 Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.

7.4.109 Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

7.4.110 Não vincular o pagamento dos salários e demais vantagens de seus empregados ao pagamento das faturas correspondentes aos serviços contratados.

7.4.111 Apresentar, para fins de assinatura do contrato a ser firmado:

7.4.112 Alvará de funcionamento, expedido pelo Ministério da Justiça, conforme estabelece a Lei nº 7.102, de 20.06.83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24.11.83 e

Visto da GECOC/SULIC
Raphael de Sousa Brandão

Portaria/DPF/MJ nº 387, de 28/08/2006, bem como o documento referente à Renovação/Revisão do alvará de funcionamentos em plena validade.

7.4.113 Certificado de Regularidade ou documento equivalente emitido pela Secretaria de Segurança Pública autorizando o funcionamento da empresa no respectivo estado;

7.4.114 Certificado de Segurança, expedido pelo Departamento de Polícia Federal da localidade de seu funcionamento, de acordo com a Portaria n.º 387, de 28 de agosto de 2006, do Ministério da Justiça.

7.4.115 Possuir Sede, Filial, Escritório ou representante com poderes para tomar decisões em nome da empresa, para fim de assinatura do contrato a ser firmado em Brasília/DF.

7.4.116 Apresentar, para fins de assinatura do contrato a ser firmado, Certidão Negativa de Débitos Salariais e Certidão Negativa de Infrações Trabalhistas com plena validade pela DRT.

7.4.117 Observar o disposto na legislação específica sobre o serviço de vigilância patrimonial, responsabilizando-se pelo descumprimento desta, inclusive, civil e penalmente.

7.4.118 A CONTRATANTE deverá possuir em seu quadro permanente, antes ou até a data de assinatura do contrato, profissional de nível superior, devidamente registrado e em situação regular junto ao Conselho Regional de Administração – CRA, na condição de Responsável Técnico para acompanhar a execução do contrato mediante apresentação de cópia de contrato e ou carteira de trabalho, ficha de registro de empregado, ou de contrato autônomo, ou contrato social.

7.4.119 Não contratar, durante a vigência deste contrato, empregado da CONTRATANTE ou pessoa que mantenha vínculo familiar de até 3º grau com Agentes Públicos da CONTRATANTE, em atendimento ao art. 7º do Decreto Presidencial n.º 7.203, de 4 de julho de 2010.

7.4.120 De acordo com o Art. 19-A, da INSTRUÇÃO NORMATIVA MPOG Nº 06/2013, a CONTRATANTE deverá realizar para efeito da garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas decorrentes do Contrato com a CONTRATANTE, previsão de provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da CONTRATADA, que serão depositados pela Administração em CONTA VINCULADA específica, conforme o disposto no Anexo VII da Instrução Normativa - Conta Vinculada para a Quitação de Obrigações Trabalhistas.

7.4.121 Adotar práticas de sustentabilidade e de racionalização no uso de materiais e serviços, incluindo uma política de separação dos resíduos recicláveis descartados e sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, conforme Decreto n. 5.940/2006.A CONTRATADA não poderá em hipótese alguma, repassar aos empregados, os valores referentes aos custos dos equipamentos e materiais que serão utilizados como instrumentos de trabalho.

Visto da GECOC/SULIC
Raphael de Sousa Brandão

CLÁUSULA OITAVA – DA EXECUÇÃO CONTRATUAL E PREENCHIMENTO DOS POSTOS DE SERVIÇOS:

8.1 O preenchimento dos postos de serviço será por demanda mediante emissão de Ordem de Serviço com a devida aprovação do Gestor do contrato.

8.2 Uma vez recebida a Ordem de Serviço, a contratada terá 10 (dez) dias úteis para atendê-la, devendo neste prazo efetuar a contratação dos profissionais.

8.3 Recebido e aceito o preenchimento dos postos de serviços pela Gerência de Administração - GEADM da CONTRATANTE, dar-se-á início à contagem do tempo de disponibilidade para fim de faturamento.

8.4 Os uniformes, equipamentos e acessórios são obrigatórios e de uso exclusivo em serviço.

8.5 A CONTRATADA deverá substituir os uniformes, equipamentos e acessórios que apresentarem defeitos ou desgastes, independente do prazo estabelecido nos itens 7 e 8 do Termo de Referência.

8.6 Os uniformes, equipamentos e acessórios deverão ser entregues aos funcionários no momento da implantação do Posto e mediante recibo, com relação nominal, cuja cópia deverá ser entregue à CONTRATANTE no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da entrega.

8.7 A arma deverá ser utilizada somente em legítima defesa, própria ou de terceiros, e na salvaguarda do patrimônio da CONTRATANTE, após esgotados todos os outros meios para a solução de eventual problema.

8.8 Todos os uniformes, equipamentos e acessórios estarão sujeitos à prévia aprovação da CONTRATANTE e, a pedido dela, poderão ser substituídos, caso não correspondam às especificações indicadas no Termo de Referência.

8.9 A CONTRATADA não poderá repassar aos funcionários, em hipótese alguma, os custos de qualquer um dos itens dos uniformes, equipamentos e acessórios.

8.10 As munições deverão ser de procedência de fabricante legalmente autorizado, não sendo permitido em hipótese alguma o uso de munições recarregadas.

8.11 A CONTRATADA quando do fornecimento dos uniformes, deverá apresentar, antecipadamente, amostras dos mesmos à CONTRATANTE para aprovação.

8.12 A prestação final dos serviços, somente será considerada definitiva, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias do encerramento do contrato em que a Contratada deverá comprovar o atendimento das obrigações regidas pela Consolidação das Leis Trabalhistas, Convenção Coletiva de Trabalho, recolhimento das obrigações junto a Seguridade Social, FGTS e cumprimento das obrigações em relação aos empregados vinculados ao contrato.

CLÁUSULA NONA – DO VALOR:

9.1 O valor total da presente contratação é de **R$ 1.317.665,76 (um milhão,**

Visto da GECOC/SULIC
Raphael de Sousa Brandão

trezentos e dezessete mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e setenta e seis centavos), composto da seguinte forma:

Localidade	Postos de Vigilância – valor e quantidade postos por tipo e quant. de vigilantes por posto e localidade								Valor Mensal	Valor Global
	12x36h Diurnas (seg-dom)			*12x36h Noturnas (seg-dom)*			*Quant. por Localidade*			
	Q.V.	*Q.P.*	*Valor (R$)*	*Q.V.*	*Q.P.*	*Valor (R$)*	*Q.V.*	*Q.P.*		
Santa Helena	2	1	R$ 7.495,14	2	1	R$ 9.373,50	4	2	R$ 16.868,64	R$ 202.423,68
Estrela do Norte	2	1	R$ 7.495,02	4	2	R$ 9.373,50	6	3	R$ 26.242,02	R$ 314.904,24
Anápolis	6	3	R$ 7.434,76	6	3	R$ 9.293,20	12	6	R$ 50.183,88	R$ 602.206,56
Petrolina de Goiás	2	1	R$ 7.336,12	2	1	R$ 9.174,82	4	2	R$ 16.510,94	R$ 198.131,28
									R$ 109.805,48	**R$ 1.317.665,76**

Valor Mensal do Serviço	**R$ 109.805,48**
Valor Global do Serviço em 12 meses	**R$ 1.317.665,76**

9.2 O preço total do contrato considerará a proposta adjudicada, incluindo todas as despesas necessárias à prestação dos serviços, observadas as exigências do Termo de Referência e seus Anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS FINANCEIROS:

10.1 Para atender aos compromissos decorrentes da execução, no exercício de 2015, os recursos financeiros estão em conformidade com a Lei Orçamentária Anual de 2015 – LOA/2015, Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, publicada no Diário Oficial da União em 22 de abril de 2015, com o disposto no art. 53, inciso XII da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2015, Lei nº 13.080 de 2 de janeiro de 2015, publicada na Edição Extra do Diário Oficial da União de 2 de janeiro de 2005 e com o Plano Plurianual – PPA 2012/2015, Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, nos temos do inciso II, do artigo 16, da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), conforme abaixo discriminado:

- ✓ Funcional Programática: 26.122.2126.2000.0001 e 26.122.2126.8785.0001;
- ✓ Natureza de Despesa: 33.90.39.77;
- ✓ Fonte: 0100.

10.2 Para cobertura das despesas relativas ao corrente exercício, foi emitida a Nota de

Visto da GECOC/SULIC
Raphael de Sousa Brandão

Empenho nº 2015NE002220.

10.3 Os recursos para os exercícios subsequentes a 2015 deverão estar consignados nas respectivas Propostas Orçamentárias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO:

11.1 O pagamento será efetuado mensalmente, por meio de ordem bancária (OB), em conformidade com a alínea "a", inciso XIV, artigo 40, da Lei nº 8.666/93, em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da fatura ou nota fiscal.

11.2 A Nota Fiscal/Fatura não poderá ser apresentada antes do último dia do mês de adimplemento da obrigação.

11.3 Juntamente com a Nota Fiscal/Fatura de prestação de serviços, deverão ser apresentadas as cópias das Guias de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIPS-SEFIP, juntamente com as respectivas Relações de Empregados relativas ao mês imediatamente anterior à realização dos serviços.

11.4 No caso de faturas emitidas com erro, a contagem de novo prazo de 30 (trinta) dias, será iniciada a partir da data da reapresentação do documento corrigido.

11.5 A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição do CNPJ, dentro da validade, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais e da matriz.

11.6 Quando aplicável, o atendimento do Ajuste SINIEF n.º 07/05, com nova redação dada pelo Ajuste SINIEF n.º 22/13 (cláusula décima), será necessário que por ocasião da emissão de suas Notas Fiscais, a partir de 31/01/2014, que a CONTRATADA envie o arquivo digital denominado XML com as respectivas notas ficais eletrônicas emitidas para o seguinte endereço eletrônico: gecon.nfe@valec.gov.br.

11.6.1 O atendimento ao subitem 11.6 não exclui a responsabilidade da CONTRATADA de apresentar as respectivas Notas Fiscais, em meio físico, ao Protocolo da VALEC.

11.7 Os contribuintes que não se enquadrarem no estabelecido pelo Ajuste SINIEF n.º 07/05 com nova redação dada pelo Ajuste SINIEF 22/13 (cláusula décima), por ocasião da assinatura da Ordem de Serviço deverão elaborar e encaminhar, concomitante, declaração à VALEC informando essa condição.

11.8 Deverá constar na Nota Fiscal ou Fatura o detalhamento dos serviços executados, o nome do banco, o número da agência, a praça e o número da conta, para que lhe seja efetuado o crédito bancário referente ao pagamento.

11.9 Considerando a Resolução de Diretoria nº 010/2011, de 12 de dezembro de 2011, fica condicionado o pagamento da Nota Fiscal/Fatura, a apresentação de cópias das Guias de

Visto da GECOC/SULIC
Raphael de Sousa Brandão

Recolhimento do Fundo de Garantia de Tempo e Serviço e informações à Previdência Social – GFIPS – SEFIP, juntamente com a Relação de Empregados do mês a ser faturado.

11.10 No caso de eventual atraso de pagamento provocado exclusivamente pela Administração e mediante pedido da CONTRATADA, o valor devido será atualizado financeiramente, desde a data de adimplemento até a data do efetivo pagamento, com juros de mora a taxa de 6% (seis por cento) ao ano, calculados "pro rata tempore", mediante a aplicação da seguinte fórmula:

I = (TX/100) / 365

EM = I xN xVP

Onde: I = Índice de Atualização Financeira;

TX = Taxa de Juro Anual;

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista e o efetivo pagamento;

VP = Valor da Parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: I = (i/100)/365 no qual i = taxa percentual anual no valor de 6%.

11.11 No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive nas Notas Fiscais/Fatura, serão estes restituídos à CONTRATADA para as correções solicitadas, não implicando à VALEC quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

11.12 A CONTRATANTE poderá deduzir, do montante a pagar, os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos do contrato.

11.13 A CONTRATANTE não fará nenhum pagamento à CONTRATADA antes de pagas ou relevadas (remissas) as multas que porventura lhe tenham sido aplicadas.

11.14 A CONTRATANTE somente efetuará o pagamento dos serviços que tenham sido efetivamente executados correspondentes ao mês em referência não se atribuindo a ela obrigações de pagamento de quaisquer valores que não constem das planilhas originais e de materiais não detalhados.

11.15 Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresa de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal/Fatura a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

Visto da GECOC/SULIC
Raphael de Sousa Brandão

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA REPACTUAÇÃO:

12.1 A repactuação de preços, como espécie de reajuste contratual, será precedida de demonstração analítica do aumento dos custos, de acordo com a Planilha de composição de Custos e Formação de Preços, vencedora do certame, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano da data da proposta aos quais as propostas se referir conforme estabelece a Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008 e em tempo hábil, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União exarado nos Acórdãos n° 1.563/2004 e 1.827/2008, ocasião em que a contratada deverá apresentar a respectiva Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, devidamente registrada junto ao Ministério do Trabalho e Emprego.

12.2 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão-de-obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos, conforme inciso II, Art. 38 da IN n° 2/2008.

12.3 Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação, ou seja, o Acordo Coletivo de Trabalho da categoria, devidamente registrado junto ao Ministério do Trabalho e Emprego.

12.4 As repactuações a que a CONTRATADA fizer jus se não forem solicitadas durante a vigência do Contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do Contrato.

12.5 As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo acordo convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação, devendo estar em coerência com o art. 40 da Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 2, de 30 de abril de 2008.

12.6 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

12.7 Quando da solicitação da repactuação para fazer jus a variação de custos decorrente do mercado, esta somente será concedida mediante a comprovação pelo contratado do aumento dos custos.

12.8 Os valores dos salários-base da mão de obra vinculada ao contrato somente serão repactuados quando da nova convenção coletiva de trabalho da categoria posterior a de base para a da proposta.

12.9 Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data da última repactuação ocorrida.

Visto da GECOC/SULIC
Raphael de Sousa Brandão

12.10 As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. (Incluído pela Instrução Normativa Nº 3, de 16 de outubro de 2009).

12.11 A prática de ato contrário à vontade de repactuar o Contrato administrativo pode ensejar a preclusão do direito ao seu deferimento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES:

13.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços de acordo com as necessidades da CONTRATANTE em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato nos termos do parágrafo 1º, art. 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO:

14.1 A fiscalização da prestação dos serviços será exercida por representante da CONTRATANTE, pelo Gestor e/ou Fiscal de Contrato, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução, dando ciência de tudo à CONTRATADA (Art. 67 da lei No 8.666/93, com suas alterações) e Art. 6º do decreto No 2.271/97.

14.2 A fiscalização por parte da CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, até mesmo perante terceiro, por quaisquer irregularidades, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (Art. 70 da Lei No 8.666/93, com suas alterações).

14.3 A CONTRATADA deve manter junto à CONTRATANTE uma relação atualizada com o(s) nome(s) e o(s) telefone(s) para contato da(s) pessoa(s) encarregada(s) de prestar assistência à CONTRATANTE em caso de necessidade. Este contato deverá estar disponível 24 horas por dia, inclusive nos dias sem expediente.

14.4 Para cada contrato será designado um GESTOR CONTRATUAL, pela CONTRATANTE, sendo que para cada localidade de prestação do serviço poderá ser designado um FISCAL de CONTRATO para auxiliar a fiscalização da prestação do serviço conforme denominações da INº 02/2008 e suas alterações.

14.5 Nos contratos dos grupos/lotes/Estados que houver apenas uma localidade para a prestação do serviço poderá ser designado um único empregado da VALEC para as funções de GESTOR/FISCAL DO CONTRATO.

14.6 A fiscalização tem como atribuições entre outras:

Visto da GECOC/SULIC
Raphael de Sousa Brandão

14.6.1 Atestar as notas/faturas emitidas pela empresa observando se os valores estão corretos de acordo com o contrato efetuado entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, bem como atestar o serviço executado conforme o contratado.

14.6.2 Solicitar à CONTRATADA todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços.

14.6.3 Emitir pareceres em todos os atos da empresa relativos à execução do contrato, em especial na aplicação de sanções, alterações, repactuações, prorrogações e rescisão.

14.6.4 Acompanhar os provisionamentos quanto à CONTA VINCULADA da empresa CONTRATADA.

14.6.5 Solicitar as substituições dos prestadores quando julgar necessário.

14.7 Em especial fazer cumprir o § 4°, do art. 31, da Lei n° 9.032/1995.

14.8 Cabe à CONTRATADA atender prontamente a quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto, sem que disso decorra qualquer ônus para a CONTRATANTE, não implicando a atividade da fiscalização em qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, tampouco a corresponsabilidade da CONTRATANTE.

14.9 As decisões e/ou providências que ultrapassarem a competência do Gestor do Contrato/Fiscal do Contrato deverão ser levadas, por escrito, em tempo hábil, ao conhecimento da Gerência de Administração - GEADM para apreciação da autoridade competente da CONTRATANTE e adoção das medidas cabíveis, consoante disposto no art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

14.10 A fiscalização terá livre acesso aos locais de prestação de serviços da CONTRATADA.

14.11 A fiscalização não permitirá que a prestação de serviços seja executada em desacordo com as condições pré-estabelecidas.

14.12 As ocorrências de desempenho ou comportamento insatisfatório, irregularidades, falhas, insuficiências, erros e omissões constatados pelo Gestor/Fiscal serão registrados e comunicados, por escrito, à CONTRATADA, fixando-se prazo para a sua correção, de acordo com o princípio da razoabilidade.

14.13 A CONTRATADA deverá indicar um preposto para, se aceito pela CONTRATANTE, representá-la na execução do Contrato.

14.14 As faltas ao serviço, a serem apontadas pelo Gestor/Fiscal do Contrato, desde que a CONTRATADA não tenha promovido as devidas substituições, serão descontadas das parcelas mensais, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas.

14.15 As ligações locais e interurbanas, a serem apontadas pelo Gestor/Fiscal do Contrato, após conferência dos ramais instalados nos respectivos postos, desde que a

Visto da GECOC/SULIC
Raphael de Sousa Brandão

CONTRATADA não tenha promovido os devidos ressarcimentos, serão descontadas das parcelas mensais, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas.

14.16 A CONTRATANTE reserva-se o direito de solicitar a substituição do profissional que não atender as especificações do item 9 do Termo de Referência.

14.17 A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da CONTRATANTE, não eximirá a CONTRATADA de total responsabilidade quanto à execução dos serviços.

14.18 Será observado, no que for cabível, o atendimento as determinações pertinentes, constantes da Instrução Normativa MPOG/SLTI nº 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GARANTIA CONTRATUAL:

15.1 A garantia deverá ser apresentada no prazo de até 10(dez) dias úteis da assinatura do contrato e deverá ser no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato em uma das opções conforme nos moldes do art. 56 da Lei n.º 8.666/93 e conforme definido no art. 19, inciso XIX da IN SLTI/MPOG n.º 02/2008, com redação dada pela IN SLTI/MPOG n.º 06/2013.

15.2 O atraso da entrega da garantia superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.3 A garantia deverá ter validade de 03 (três) meses após o termino da vigência contratual e será renovada a cada prorrogação efetivada, nos moldes do art. 56 da Lei n.º 8.666/93 e conforme definido no art. 19, inciso XIX da IN SLTI/MPOG n.º 02/2008, com redação dada pela IN SLTI/MPOG n.º 06/2013.

15.4 A garantia inicial será reforçada durante a execução dos serviços contratados, de forma a totalizar 5% (cinco por cento) do valor vigente do contrato (preços iniciais mais reajustamento, se houver).

15.5 A garantia somente será restituída à CONTRATADA após o integral cumprimento das obrigações contratuais. Caso a mesma seja insuficiente para cobertura de eventuais encargos não comprovados, o último pagamento devido ficará retido até comprovação das obrigações.

15.6 A garantia será restituída automaticamente, ou por solicitação, no prazo de até 3 (três) meses contados do final da vigência do contrato ou da rescisão, em razão de outras hipóteses de extinção contratual previstas em lei, somente após comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a mesma será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela CONTRATANTE, conforme estabelecido no inciso IV do art. 19-A da IN n.º

Visto da GECOC/SULIC
Raphael de Sousa Brandão

02/08/SLTI/MP, acrescentado pela IN n.º 06/13/SLTI/MP, sem prejuízo das demais sanções previstas no instrumento convocatório em seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA CONTA VINCULADA PARA A QUITAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

16.1 Para a garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas, com base na súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho, a CONTRATANTE depositará, mensalmente, em conta vinculada específica, os valores provisionados para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da Contratada envolvidos na execução do contrato, em consonância com os dispostos no art. 19-A, e no anexo VII, ambos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 02, de 30 de abril de 2008, com as alterações introduzidas pela Instrução Normativa SLTI/MP nº 03, de 15 de outubro de 2009, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores.

16.2 As condições e demais obrigações quanto à CONTA VINCULADA, encontram-se definidas no item 23 do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

17.1 Com fundamento nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93, bem como no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, a CONTRATADA, no curso da execução do Contrato, estará sujeita às seguintes penalidades, garantidos o contraditório e a prévia e ampla defesa:

I – na ocorrência de uma das hipóteses previstas no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002:

a) multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global atualizado do Contrato, sem prejuízo das sanções previstas no inciso V deste item.

II – na ocorrência de atraso injustificado na execução do objeto, assim considerado pelo CONTRATANTE, hipótese em que responderá pela inexecução parcial ou total do Contrato, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) advertência;

b) multa de:

b.1) 0,16% (zero virgula dezesseis por cento) ao dia sobre o valor mensal do Contrato, limitada a incidência a 15 (quinze) dias.

b.2) 5% (cinco por cento) sobre o valor mensal do Contrato, em caso de atraso por período superior ao previsto na alínea anterior, até 30 (trinta) dias, ou de inexecução parcial da obrigação assumida.

b.3) 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do Contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, podendo ainda ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

III – na ocorrência das infrações identificadas na tabela 1, abaixo:

Visto da GECOC/SULIC
Raphael de Sousa Brandão

a) multa, de acordo com os graus atribuídos, conforme a tabela 2 a seguir, que indicarão o respectivo percentual da penalidade:

Tabela 1

ITEM	INFRAÇÃO	
	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência.	6
2	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento.	5
3	Manter empregado sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia.	3
4	Permitir a presença de empregado sem uniforme, com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá, por empregado e por ocorrência.	1
5	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia.	2
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Zelar pelas instalações da VALEC utilizadas, por item e por dia.	3
7	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por empregado e por dia.	1
8	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência.	2
9	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades, por funcionário e por dia.	1
10	Entregar os salários, vales-transporte e/ou ticket-refeição nas datas avençadas, por ocorrência e por dia.	1
11	Efetuar a reposição de funcionários faltosos, por funcionário e por dia.	4
12	Fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), quando exigido em lei ou convenção, aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los, por empregado e por ocorrência.	2
13	Fornecer os uniformes completos e adequados às diferentes condições climáticas, anualmente conforme o quantitativo estabelecido no termo de referência, por funcionário e por ocorrência.	2
14	Efetuar o pagamento de salários, seguros, encargos fiscais e sociais, bem assim quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste Contrato, por dia e por ocorrência.	5
15	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, por item e por ocorrência.	1
16	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela fiscalização, por item e por ocorrência.	2
17	Apresentar comprovação de entrega tempestiva de sua comunicação de exclusão do SIMPLES Nacional a VALEC.	2

Tabela 2

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato
2	0,4% por dia sobre o valor mensal do Contrato
3	0,8% por dia sobre o valor mensal do Contrato
4	1,6% por dia sobre o valor mensal do Contrato

Visto da GECOC/SULIC
Raphael de Sousa Brandão

5	3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato
6	4,0% por dia sobre o valor mensal do Contrato

IV – caso a CONTRATADA desista da prorrogação contratual após sua expressa manifestação de interesse, deverá ser-lhe aplicada penalidade de acordo com as alíneas abaixo, sem prejuízo da responsabilidade civil pelos danos causados ao interesse público:

a) multa de 5% (cinco por cento) do valor global do Contrato.

b) impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no Contrato e demais cominações legais.

V – poderão ser aplicadas ainda as seguintes sanções, sem prejuízo das multas cabíveis, nos termos dos incisos anteriores:

a) impedimento de licitar e contratar com a União, bem como descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo da multa supracitada.

b) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

17.2 Caracteriza-se como falta grave, compreendida como falha na execução do contrato, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da declaração de impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002.

17.3 O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

17.4 A Administração poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação.

17.5 As sanções previstas nos incisos II, alínea "a", e V deste Item, poderão ser aplicadas juntamente com as previstas nos incisos II, alínea "b" e III, facultada a defesa prévia da CONTRATADA no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido, elevando-se o prazo para 10 (dez) dias úteis, no caso da penalidade prevista no inciso V, alínea "b".

17.6 Em caso de reincidência específica na infração de grau 06 prevista no item III, Tabela 2, a CONTRATADA estará sujeita à multa de 10% (dez por cento), ao dia, do valor mensal do Contrato.

Visto da GECOC/SULIC
Raphael de Sousa Brandão

17.7 Na hipótese de reincidência específica, pela segunda vez, nas infrações de graus 05 e 06 previstas no item III, Tabela 2, restará caracterizada a inexecução parcial do Contrato e, em nova reincidência, a inexecução total do Contrato, ensejando a rescisão unilateral da avença.

17.8 O valor da multa aplicada deverá ser recolhido na Superintendência da VALEC, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação, ou será descontado por ocasião do pagamento a ser efetuado pela CONTRATANTE, podendo ainda ser descontado da garantia oferecida ou cobrado judicialmente.

17.9 As multas e/ou outras penalidades somente poderão ser relevadas nos casos para os quais a CONTRATADA não tenha, de qualquer forma, concorrido ou dado causa, devidamente comprovados por escrito e aceitas pela CONTRATANTE.

17.10 A CONTRATADA deverá comunicar a CONTRATANTE os casos de que trata o subitem anterior, dentro do prazo de 02 (dois) dias consecutivos contados de sua verificação e apresentar os documentos da respectiva comprovação, em até 05 (cinco) dias consecutivos a partir da data de sua ocorrência, sob pena de não serem considerados.

17.11 A CONTRATANTE, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias consecutivos, contados do recebimento dos documentos de comprovação mencionados no subitem 26.10, deverá aceitar ou recusar os motivos alegados, oferecendo por escrito as razões de sua eventual aceitação ou recusa.

17.12 As sanções aplicadas à CONTRATADA serão obrigatoriamente registradas no SICAF (art. 28, parágrafo único, do Decreto nº 5.450/2005).

17.13 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

17.14 A multa a que alude o inciso anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas em Lei.

17.15 A aplicação da(s) sanção(s) não impede a rescisão unilateral do contrato.

17.16 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui a aplicação de outras sanções previstas na Lei n.º 8.666/93 e no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005.

17.17 A critério da CONTRATANTE, as sanções acima poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a defesa prévia da CONTRATADA.

17.18 Os demais casos omissos, garantida a prévia defesa, estão sujeitos às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA SUBCONTRATAÇÃO:

18.1 É expressamente vedado à CONTRATADA a subcontratação para a execução do objeto deste contrato exceto para as ocorrências de manutenção, conserto, seguro, borracharia e limpeza.

Visto da GECOC/SUREC
Raphael de Sousa Brandão

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA RESCISÃO:

19.1 O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstos no artigo 78 da Lei nº 8.666/93, com as consequências indicadas no artigo 82 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na cláusula anterior.

19.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

19.3 A CONTRATANTE, por ato unilateral escrito, poderá rescindir o presente Contrato quando da ocorrência de alguma das condições abaixo:

a) O não cumprimento, irregular ou lentidão no cumprimento de qualquer das cláusulas contratuais.

b) Atraso injustificado no início do cumprimento das obrigações assumidas por força do presente Contrato.

c) Paralisação da execução do presente Contrato sem justa causa e prévia comunicação a Contratante.

d) A subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial do objeto do Contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE.

e) Cometimento reiterado de faltas durante a execução do presente Contrato.

f) Decretação de falência, requerimento de concordata, instauração de desobediência civil, morte do contratado, dissolução da sociedade, alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que prejudique a execução do Contrato.

g) Ocorrência de força maior ou caso fortuito, regularmente impeditiva da execução do Contrato.

19.4 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei nº 8.666/93.

19.5 O Termo de Rescisão, sempre que possível, deverá indicar:

a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda previstos; e

c) Indenizações e multas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

20.1 A CONTRATADA deve adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados.

20.1.1 Os demais critérios de sustentabilidade devem ser observados pela CONTRATADA, conforme o disposto no item 4 do Termo de Referência.

20.2 Os deveres comuns a todos os integrantes da vigilância armada e desarmada, bem como aqueles inerentes aos postos de serviços deverão ser observados conforme estabelecido

Visto da GECOC/SULIC
Raphael de Sousa Brandão

no item 9 do Termo de Referência.

20.3 A CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, o serviço executado em desacordo com os termos deste Contrato e com o Termo de Referência.

20.4 A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que venha a ser contratada para a prestação de serviços mediante cessão de mão de obra não poderá beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no §5º - C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, conforme inciso XXIII, da Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 06.

20.5 As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste Contrato e normas vigentes, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

20.6 Os empregados da CONTRATADA não terão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

20.7 Os casos não abordados no Termo de Referência, serão definidos pela FISCALIZAÇÃO, de maneira a manter o padrão de qualidade previsto para os serviços em questão.

20.8 Os valores apresentados são meramente referenciais e tem a única finalidade de subsidiar a elaborarem das propostas. Os valores são mera estimativa, razão pela qual não poderão ser exigidos, nem considerados como valor para pagamento mínimo, podendo sofrer acréscimos ou supressões, de acordo com a necessidade da CONTRATANTE, sem que isso justifique qualquer indenização a CONTRATADA.

20.9 A Gerência Administrativa da CONTRATANTE acompanhará o processo de seleção, coordenação, supervisão e avaliação do pessoal contratado.

20.10 Por não se caracterizar objeto de alta complexidade e relevante vulto, NÃO SE APLICA a participação de Consórcio para o respectivo certame licitatório.

20.11 Fazem parte integrante do presente instrumento, independentemente de transcrição, o Termo de Referência e seus Anexos, além da Proposta de Preços da CONTRATADA e seus Anexos devidamente autuados no Processo nº 51402.114059/2015-87.

20.12 A execução deste Contrato regula-se pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei nº. 8.666/93, combinado com o inciso XII do artigo 55 do mesmo diploma legal.

20.13 Na hipótese de existência de contradições entre o Termo de Referência, Ordem de Serviço, Contrato e Edital, prevalecerá o disposto no Termo de Referência, inclusive, quanto a todos os seus efeitos.

Visto da GECOC/SULIC
Raphael de Sousa Brandão

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO:

21.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO:

22.1 O foro competente, eleito pelas partes, é o da Justiça Federal da cidade de Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato.

E por estarem assim justas e acordadas, as Partes assinam o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Brasília, 18 de dezembro de 2015.

VALEC – ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A.

BENTO JOSÉ DE LIMA
Diretor de Administração e Finanças Substituto

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor – Presidente

CENTRO OESTE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA EIRELLI.

CILMAR JOSÉ DE OLIVEIRA
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

NOME: Marisa Cristiane de Farias CPF: 793752351-49

NOME: Anita Bezerra S. Travassos CPF: 151543271-87

Visto da GECOC/SULIC
Raphael de Sousa Brandão

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM GOIÁS E DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DE CONTRATO

Nº Processo: 50612.000882/2015-78. PERMISSOR: DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES representado pelo seu Superintendente Regional Sr. Flávio Murilo Gonçalves Prates de Oliveira. PERMISSIONÁRIA: Energética Fazenda Velha S.A., CNPJ 11.792.420/0001-74, representada por seus representantes legais, Eduardo de Oliveira Villela e José Marcelo Machado Reguffe. INSTRUMENTO: Contrato de Permissão Especial de Uso nº 025/2015. OBJETO: Permissão Especial de Uso para Travessia da Faixa de Domínio na rodovia federal BR-364/GO; Trecho: Div. MG/GO - Div. GO/MT; Subtrecho: PNV 364BGO0480, Entr. GO-180 - Entr. BR-060/GO(A), com travessia no km. 188,60, perfazendo uma área total de 402,089 m2 (quatrocentos e dois virgula zero oitenta e nove metros quadrados), com a exclusiva finalidade da sua utilização, pela permissionária, para implantação de rede de transmissão de energia elétrica. DO FUNDAMENTO LEGAL: Alínea "d", artigo 1º do Decreto Lei nº 512, de 21/03/1969; artigo 103 do Código Civil Brasileiro, artigo 2º, inciso IV da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000; inciso VIII do artigo 82 e inciso IV do artigo 89 da Lei nº. 10.233, de 05/05/2001; inciso VIII do artigo 82 e parágrafo 1º e inciso IV do artigo 89 da Lei nº. 10.233, de 05/05/2001; artigo 12da lei nº. 9.784, de 29/01/1999; parágrafo 2º do artigo 21 da Estrutura Regimental do DNIT, aprovada pelo Decreto nº. 5.765, de 27/04/2006; inciso III e § único do Artigo 124 do Regimento Interno do DNIT, anexo à Resolução nº. 10, de 31/01/2007 do Conselho de Administração/DNIT; Resolução nº 11, de 27/03/2008, publicada no DOU de 11/04/2008; Portaria/DG nº 524, de 19/05/2008, publicada no DOU de 20/05/2008; Portaria/DG nº 529, de 21/05/2008, publicada no DOU de 23/05/2008; art. 6º da Portaria-DG nº 1.511, de 12/09/2014, publicada no DOU de 15/09/2014 e lavratura devidamente autorizada no despacho do Sr. Superintendente Regional no Estado de Goiás e Distrito Federal, conforme consta do Processo Administrativo nº. 50612.000882/2015-78. VALOR DA REMUNERAÇÃO ANUAL AO PERMISSOR: A ocupação a que se refere a CLÁUSULA PRIMEIRA deste contrato será sem ônus para a PERMISSIONÁRIA, conforme disposto no art. 2º do Decreto 84.398, de 16/01/1980, publicado no DOU de 17/01/1980 e alterado pelo Decreto nº 86.859, de 19/01/1982, publicado no DOU de 20/01/1982, podendo o contrato, ser rescindido/aditado a qualquer tempo, dependendo da revogação destas normas, ou de outra legislação do DNIT que venha a ser editada, estabelecendo procedimentos com relação a ocupação/travessia da faixa de domínio de rodovias federais, com ônus à PERMISSIONÁRIA. PRAZO: 5 (cinco) anos consecutivos. O prazo e eficácia serão contados a partir da data de sua publicação em extrato no DOU. Data da Assinatura: 15/12/2015.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MINAS GERAIS SEÇÃO DE CADASTRO E LICITAÇÕES

EXTRATO DE CONTRATO Nº 375/2015

PERMISSOR: DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES, representado pelo seu Superintendente Regional no Estado de Minas Gerais, Carlos Evandro Coelho da Fonseca.PERMISSIONÁRIA: HIDRELÉTRICA MALAGONE S.A. representada por seu diretor Sr. Flamarion Wanderley Filho.INSTRUMENTO: CONTRATO DE PERMISSÃO ESPECIAL DE USO - CPEU 00375/2015 PARA TRAVESSIA DA FAIXA DE DOMÍNO DA RODOVIA BR365/MG. RESUMO DO OBJETO: Permissão Especial de Uso para ocupação transversal aérea da Faixa de Domínio, na rodovia federal BR-365/MG, trecho: ENTR BR-122/135/251(A) (MONTES CLAROS) - ENTR BR-364(B) (DIV MG/GO), subtrecho: ENTR BR-050(B)/455/497 (UBERLÂNDIA) - ENTR BR-452(B), código PNV365BMG0310, no km637+738m numa extensão de 88,98m (oitenta e oito metros e noventa e oito centímetros) por 5,20m (cinco metros e vinte centímetros) de largura, perfazendo uma área total de 462,70m2 (quatrocentos e sessenta e dois metros quadrados e setenta decímetros quadrados), com a exclusiva finalidade da sua utilização, pela PERMISSIONÁRIA, para implantação de linha de transmissão de energia elétrica, visando atendimento ao Município de Uberlândia/MG.FUNDAMENTO LEGAL: Alínea "d", artigo 1º do Decreto Lei nº 512, de 21/03/1969; artigo 103 do Código Civil Brasileiro, artigo 2º; inciso IV da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000; inciso VIII do artigo 82 e inciso IV do artigo 89 da Lei nº. 10.233, de 05/05/2001; inciso III e § único do Artigo 124 do Regimento Interno do DNIT, anexo à Resolução nº 10, de 31/01/2007, do CA/DNIT, Resolução nº 11, de 27/03/2008, publicada no DOU de 11/04/2008; Portaria/DG nº 524, de 19/05/2008, publicada no DOU de 20/05/2008; Portaria/DG nº 529, de 21/05/2008, publicada no DOU de 23/05/2008, artigo 6º da Portaria nº 1.511 DG/DNIT, de 12/09/2014, publicada no DOU de 15/09/2014, e lavratura devidamente autorizada no despacho do Sr. Superintendente Regional no Estado de Minas Gerais, datado de 14/07/2015, à fl. 182, conforme consta do Processo Administrativo nº. 50606.004196/2009-15.VALOR DA REMUNERAÇÃO ANUAL AO PERMISSOR: A ocupação a que se refere a CLÁUSULA PRIMEIRA será sem ônus para a PERMISSIONÁRIA, conforme disposto no art. 2º do Decreto nº. 84.398, de 16/01/1980, publicado no DOU de 17/01/1980 e alterado pelo Decreto nº. 86.859, de 19/01/1982, publicado no DOU de 20/01/1982, podendo o contrato ser rescindido/aditado a qualquer tempo, dependendo da revogação destas normas, ou de outra legislação do DNIT que venha a ser editada, estabelecendo procedimentos com relação à ocupação/travessia da faixa de domínio de rodovias federais com ônus à PERMISSIONÁRIA.PRAZO: 5 (cinco) anos consecutivos. O prazo e eficácia serão contados a partir da data de sua publicação em extrato no DOU. DATA DA ASSINATURA: 18/12/2015.

EXTRATO DE RESCISÃO Nº 855/2013

PERMISSOR: DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES, CNPJ nº 04.892.707/0001-00. PERMISSIONÁRIA: COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA, CNPJ nº 17.281.106/0001-03. RESUMO DO OBJETO: Rescisão unilateral do Contrato nº 00855/2013, de permissão especial de uso da faixa de domínio da rodovia BR-040/MG, a partir da data de 22/04/2014, tendo em vista a concessão da referida rodovia, restando o saldo de crédito a empresa de R$123,44 (cento e vinte e três reais e quarenta e quatro centavos). DO FUNDAMENTO LEGAL: Cláusula Décima Sétima do contrato e item 4.17.5 do Manual de Procedimentos para a Permissão Especial de Uso. DATA DA ASSINATURA: 14/12/2015.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA E ACRE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 930/2015 - UASG 393014

Nº Processo: 50600051980201421. PREGÃO SISPP Nº 275/2015. Contratante: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE -INFRAEST DE TRANSPORTES. CNPJ Contratado: 66418765000154. Contratado : CONSTRUTORA CENTRO LESTE -ENGENHARIA LTDA. Objeto: Execução de Serviços referentes ao Programa CREMA 1ª Etapa na Rodovia BR-364/AC, Trecho: Divisa RO/AC - Entr. AC-090 (Fronteira Brasil/Peru) (Boqueirão da Esperança), Subtrecho: Entr. AC-187 (Bom Futuro/Liberdade) - Entr. BR-307/AC-407 (A) (Rodrigues Alves/Juruá), Segmento: Km 692,30 ao Km 761,48, Extensão: 69,18 Km. Fundamento Legal: Lei n¯ 8.666/93, às cláusulas e condições estabelecidas no contrato e às normas vigentes no DNIT. Vigência: 05/01/2016 a 24/12/2017. Valor Total: R$15.248.826,00. Fonte: 100000000 - 2015NE804237. Data de Assinatura: 28/12/2015.

(SICON - 28/12/2015) 393014-39252-2015NE800025

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 773/2015 - UASG 393013

Nº Processo: 50616002298201436. PREGÃO SISPP Nº 266/2015. Contratante: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE -INFRAEST DE TRANSPORTES. CNPJ Contratado: 05658924000101. Contratado : CERNE AMBIENTAL LTDA - EPP -Objeto: Contrato de empreitada que entre si fazem, de um lado, como contratante, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, por meio de sua Superintendência Regional em Santa Catarina e, de outro, como contratada, a empresa CERNE AMBIENTAL Ltda. - EPP, com vistas à execução dos serviços de consultoria para elaboração de inventário florestal da faixa de domínio da BR-470, entre o km 116,40 e o km 199,60, visando a identificação de vegetação para fins de poda, corte e extração. Fundamento Legal: Lei 8666/93 e suas alterações posteriores e Edital de Pregão Eletrônico 266/2015-16. Vigência: 28/12/2015 a 25/04/2016. Valor Total: R$114.499,00. Fonte: 100000000 - 2015NE800315. Data de Assinatura: 28/12/2015.

(SICON - 28/12/2015) 393013-39252-2015NE800015

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SÃO PAULO

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 833/2014

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, por meio da Superintendência Regional no Estado de São Paulo, vem publicar a alteração do resultado final da licitação em epígrafe, publicado no D.O.U. do dia 3 de julho de 2014, Seção 3, pág. 144. Empresa vencedora: JM Souto Engenharia e Consultoria Ltda, CNPJ: 70.951.686/0001-81, Valor da proposta: R$ 1.486.000,00. Processo n¯ 50608.000416/2014-71. A documentação desta licitação está disponível nesta Superintendência Regional no Estado de São Paulo, Rua Ciro Soares de Almeida, 180 - Jardim Andaraí - São Paulo/SP.

ROBERTO MENEZES RAVAGNANI
Superintendente

(SIDEC - 28/12/2015) 393025-39252-2015NE800001

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO DE JANEIRO

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 435/2015

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, atraves da Superintendencia Regional no Estado do Rio de Janeiro, torna publico que pela inexistencia de proposta da licitação acima referida a mesma foi considerada deserta.

ENGº CARLOS ANTONIO MARCOS PASCOAL
Superintendente

(SIDEC - 28/12/2015) 393019-39252-2015NE800029

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 13/2015 - UASG 393012

Número do Contrato: 26/2010. Nº Processo: 50610003472201507. CONCORRÊNCIA SISPP Nº 588/2009. Contratante: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE -INFRAEST DE TRANSPORTES. CNPJ Contratado: 88692264000102. Contratado : ELMO ELETRO MONTAGENS LTDA - EPP -Objeto: Termo aditivo de prorrogação de prazo por mais 360 (trezentos e sessenta) dias consecutivos. Fundamento Legal: art.57, ÷1, inciso II, IV, da Lei nº 8.666/93, e cláusula sexta, ÷ 1º, do contrato nº 10.1.0.00.0026.2010 . Vigência: 04/01/2016 a 29/12/2016. Data de Assinatura: 24/12/2015.

(SICON - 28/12/2015) 393012-39252-2015NE800028

SECRETARIA DE FOMENTO PARA AÇÕES DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DA MARINHA MERCANTE

RETIFICAÇÃO

No Extrato de Termo Aditivo Nº 2/2015 publicado no D.O. de 21/12/2015 , Seção 3, Pág. 164. Onde se lê: Valor R$ 63.129,90 Leia-se : Valor R$ 633,30

(SICON - 28/12/2015) 277001-00001-2015NE800015

VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A.

EXTRATOS DE CONTRATOS

Espécie: Contrato nº 013/2015, firmado entre a VALEC ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A. e a M.B. DE SOUSA COMERCIAL EIRELI-ME, CNPJ sob o nº 20.425.201/0001-48. Objeto Fornecimento de Material de Copa, Cozinha e Higiene, visando à reposição do estoque do almoxarifado para atendimento das demandas das unidades da VALEC situadas em Goiás, Bahia, Tocantins e Rio de Janeiro. Vigência do Contrato: 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura. Valor: R$ 20.885,52 (vinte mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos). Notas de Empenho: 2015NE002056 e 2015NE002083. Procedimento Licitatório: Pregão Eletrônico nº 011/2015. Fundamentação Legal: Lei nº 8.666/93; Lei nº 10.520/02; Dec. nº 3.555/00; o Dec. nº 5.450/05; Dec. nº 6.204/07; Dec. n.º 7.746/12; IN-SLTI/MPOG: nº 02/2008; nº 01/2010 e nº 05/2014. Data da assinatura: 17/12/2015. Processo nº 51402.111860/2015-71.

Espécie: Contrato nº 015/2015, firmado entre a VALEC ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A. e o CENTRO OESTE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA EIRELI, CNPJ sob o nº 04.701.639/0001-55. Objeto: Prestação de serviços de vigilância patrimonial armada e desarmada para atender as necessidades da VALEC nas unidades do Estado de Goiás - GO, referente ao Lote 01 do Pregão 07/2015, conforme as especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência e seus anexos. Vigência do Contrato: 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura. Valor: R$ 1.317.665,76 (um milhão, trezentos e dezessete mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e setenta e seis centavos) Nota de Empenho: 2015NE002220. Procedimento Licitatório: Pregão Eletrônico nº 007/2015. Fundamentação Legal: Lei nº 10.520/02; Dec. nº 3.555/00; Dec. nº 5.450/05; Dec. nº 3.722/01; LC nº 123/2006; Dec. nº 6.204/07; IN nº 02/2008 - SLTI/MPOG, e alterações; IN nº 02/2010 - SLTI MPOG e alterações, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.666/93. Data da assinatura: 18/12/2015. Processo nº 51402.114059/2015-87.

EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2015 - UASG 395001

Número do Contrato: 6/2014. Nº Processo: 50840000354201363. Regime de Execução: Empreitada por Preço Global. RDC ELETRÔNICO Nº 10/2013. Contratante: EMPRESA DE PLANEJAMENTO E -LOGISTICA S.A - EPL. CNPJ Contratado: 69282879000108. Contratado : JGP CONSULTORIA E PARTICIPACOES -LTDA. Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato Administrativo nº 006/2014, por mais 212 (duzentos e doze) dias, de 01/01/2016 a 31/07/2016, e ajustar o cronograma físico-financeiro, conforme Anexo A, que passa a fazer parte integrante deste Termo. Fundamento Legal: Lei 8.666/93, art. 57, ÷1º, inciso V c/c art. 65, inciso II. Vigência: 01/01/2016 a 31/07/2016. Data de Assinatura: 23/12/2015.

(SICON - 28/12/2015) 395001-39253-2015NE800020

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2015 - UASG 395001

Número do Contrato: 12/2013. Nº Processo: 50840000081201276. Regime de Execução: Empreitada por Preço Global. RDC PRESENCIAL Nº 1/2013. Contratante: EMPRESA DE PLANEJAMENTO E -LOGISTICA S.A - EPL. CNPJ Contratado: 88849773000198. Contratado : STE SERVICOS TECNICOS DE -ENGENHARIA SA. Objeto: Prorrogar por mais 210 (duzentos e dez) dias, de 31/12/2015 a 27/07/2016, e adequar o cronograma físico-financeiro, conforme Anexo A.Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93, art. 57, ÷ 1º, inciso II c/c art. 65, inciso II. Vigência: 31/12/2015 a 27/07/2016. Data de Assinatura: 23/12/2015.

(SICON - 28/12/2015) 395001-39253-2015NE800020

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00032015122900131

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.